



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 205.180-7
Comarca: Carpina
Vara: 1ª Vara
Impetrante: Edna Firmino da Silva
Paciente: Edna Firmino da Silva e Outro
Procurador de Justiça: Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

131

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. ALEGAÇÃO SUPERADA. SÚMULA 52/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. Encerrada a instrução criminal e estando feito com vista à defesa para alegações finais, resta superado o argumento de excesso de prazo. Incidência da Súmula 52 do STJ.
2. Condições pessoais favoráveis são irrelevantes, de per si, para desconstituir prisão cautelar. Precedentes do STF e STJ.
3. Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 205.180-7
Comarca: Carpina
Vara: 1ª Vara
Impetrante: Edna Firmino da Silva
Paciente: Edna Firmino da Silva e Outro
Procurador de Justiça: Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

132

RELATÓRIO

Cuida-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em causa própria e em favor de **JOSÉ WILSON DE FREITAS**, por **EDNA FIRMINO DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Carpina, sob alegação de excesso de prazo para término da instrução criminal, além de preencher os requisitos da liberdade provisória.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 05/12.

Indeferido o pedido liminar (fl. 19/20), foram solicitadas as informações à indigitada autoridade coatora.

Em informações de fls. 24/25 (fax), presta o Juízo a quo detalhado informe processual, noticiando que as audiências de instrução e julgamento haviam sido remarçadas por requerimento da defesa, que chegou a indicar os dias que estaria disponível para audiências, sendo que a mesma estaria redesignada para o dia 10/01/2010.

A Procuradoria de Justiça, através de parecer da lavra da Dra. Gerusa Torres de Lima de fls. 31/32, opinou pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO

Pretende-se, por meio do presente habeas corpus, a liberdade do Paciente, sob alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, alegando ademais preencher os requisitos de concessão da liberdade provisória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

133



Neste sentido, argumenta a possibilidade de concessão do writ diante da alegação de que a Lei nº 11.343/06 não se coaduna com a Constituição Federal ao classificar o crime de tráfico de entorpecentes e afins como inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória, além de alegar que a Súmula 697 do STF determina que dita proibição não veda o relaxamento da prisão pro excesso de prazo.

Apesar dos argumentos expostos, não vejo como configurado o excesso de prazo alegado pela Impetrante.

Os Pacientes foram autuados em flagrante delito no dia 10.07.2009, vindo a ser denunciado por infração aos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06.

Citados para oferecerem defesa prévia, apresentaram-na os Paciente antes do decurso do prazo legal requerendo, outrossim, a concessão de liberdade provisória. Indeferido o pleito, foi recebida a denúncia em 19.10.2009 e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24.11.2009.

A audiência restou frustrada por pedido da defesa de adiamento, bem como diante da pauta de sessão do júri para aquele mesmo dia, sendo designada para o dia 30.11.2009.

Remarcada a audiência, também não ocorreu por não terem sido os acusados apresentados pelo SERES, razão porque restou remarcada para o dia 12.01.2010.

Consultando o sistema Judwin, verifiquei que a referida audiência transcorreu normalmente, com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa e interrogatório do réu, restando concluída a instrução, sendo determinada a apresentação de alegações finais em forma de memorial no prazo de 05 dias.

Submete-se, a alegação de excesso de prazo, ao princípio da razoabilidade, observadas as peculiaridades do caso concreto.

Não decorre de mera operação aritmética. Exige, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas de cada caso.

O prazo de 180 dias (presente na Lei nº 11.343/06) para o fim da instrução criminal não dever ser, deste modo, entendido como uma barreira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

134



absoluta e intransponível, apto, por si só para ensejar a concessão da ordem por constrangimento ilegal.

Para configurar constrangimento ilegal, mister que o eventual retardo verificado seja irrazoável e imputável à desídia do juízo, do aparato judicial ou do Órgão Ministerial, o que inócorre no caso vertente.

Ademais disso, infere-se concluída a instrução criminal, estando os autos aguardando a apresentação de alegações finais, ficando superada a alegação de excesso de prazo na coleta de provas, a teor do que dispõe a Súmula nº 52, do colendo STJ.

Nesse sentido se firmou o STJ, no seguinte julgado:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. ILEGALIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo." (Súmula do STJ, Enunciado nº 52). (HC-27633-MG – Rel. Min. Hamilton Carvalhido)

Inarredável, pois, a aplicação do verbete ao caso *sub judice*, por se amoldar perfeitamente à hipótese dos autos.

Não verificado o excesso de prazo alegado, não há, pois, que se avaliar acerca da aplicação da mencionada Súmula 697, do STF, à situação em espécie, tampouco da constitucionalidade da Lei nº 11.343/06.

Finalmente, no que pertine à primariedade, bons antecedentes e trabalho certo, assente o entendimento jurisprudencial de que tais atributos pessoais, de per si, são insuficientes para ilidir a custódia preventiva.

À luz do exposto, inexistindo coação ilegal a ser sanada, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator